

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DA COVID-19 2.0

Divulgação: 07 de outubro de 2020

Retificação: 22 de outubro de 2020*

Coleta de dados: 30 de setembro de 2020

Visite o site: transparenciacovid19.ok.org.br



BOLETIM #06 | ESTADOS

País não conhece extensão da Covid-19 em unidades prisionais

Análise inédita sobre o tema revela que 75% dos entes não detalham casos por unidade, e mais de 95% não informam dados básicos como sexo e faixa etária das vítimas entre a população privada de liberdade

APOIO:

Hivos
people unlimited



PCD 
Plataforma de Ciência de
Dados aplicada à Saúde

RESUMO EXECUTIVO

→ **Quase um terço dos estados (32%) ainda não publica qualquer informação** sobre o contágio de Covid-19 na **população privada de liberdade**; no início da avaliação, em julho, mais da metade (54%) não cumpria o quesito.

→ Em 11 entes (39%), não há informação sobre **quantidade de óbitos** nas unidades prisionais;

→ **79% não informam quantidade de testes** aplicados no universo da população privada de liberdade;

→ Na sexta rodada de avaliação do Índice de Transparência da Covid-19 (2.0) nos estados e governo federal, todos os entes estão acima do nível “Bom”; mas **quantidade de microdados publicados sofreu queda de 7%** e segue baixa (46%).

Análise¹ inédita realizada pela Open Knowledge Brasil (OKBR) **revela um quadro de forte opacidade sobre a situação da pandemia de Covid-19 entre a População Privada de Liberdade (PPL)** nos estados brasileiros. Especialmente vulnerável, esse universo de pessoas inclui detentos em unidades provisórias, penitenciárias e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

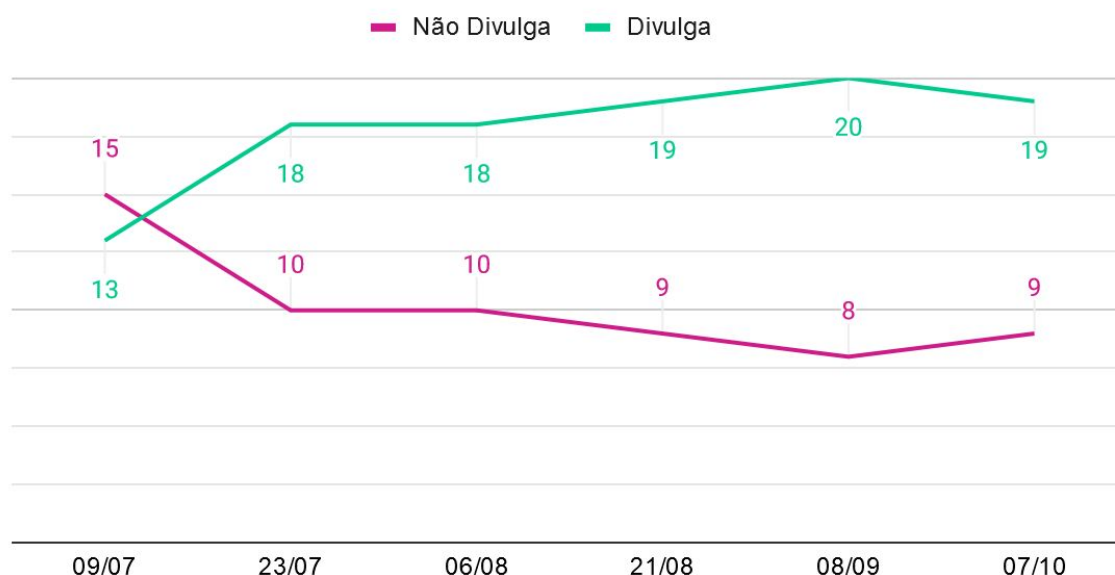
De acordo com o levantamento, que integra o Índice de Transparência da Covid-19 (ITC-19), **não há nenhuma informação ativamente disponibilizada e atualizada sobre casos confirmados na PPL em 32% dos entes** (9 estados). São eles: Acre, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte,

¹ *** Retificação:** esta versão atualiza a 6ª edição do Índice de Transparência da Covid-19 nos Estados, corrigindo apenas a pontuação dos estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte a partir da revisão de quesitos solicitada pelos entes e constatadas válidas pela OKBR.

São Paulo e Tocantins. Os sites oficiais foram avaliados na segunda quinzena de setembro.

O indicador sobre a Covid-19 nas unidades prisionais e socioeducativas passou a ser coletado pela OKBR em julho, a partir da segunda fase do ITC-19. Na primeira edição, 15 entes (54%) não publicavam nenhuma informação a respeito; nesta sexta rodada, 9 estados (32%) não estão nada transparentes nesse quesito. Veja a trajetória do indicador nas seis rodadas de avaliação, no gráfico abaixo.

EVOLUÇÃO DA PUBLICAÇÃO DE DADOS SOBRE COVID-19 E PPL



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza um monitoramento junto aos tribunais e governos estaduais e divulga, semanalmente, um [boletim](#) com o número de casos e de óbitos registrados nas unidades prisionais e sistema socioeducativo. No entanto, o próprio órgão afirma na publicação que as informações compiladas devem ser vistas com cautela “devido às fragilidades na produção desses dados, em razão de questões como a baixa testagem e a precariedade para se realizar diagnósticos”.

Fernanda Campagnucci, diretora-executiva da OKBR, ressalta que o fato de esses dados estarem sendo disponibilizados de maneira indireta também acaba sendo um problema. “O trabalho de monitoramento do Conselho é imprescindível, mas os

dados que o CNJ compila chegam à sociedade já de maneira muito agregada, e não é possível conhecer detalhes dos casos”, explica. O correto, avalia Fernanda, seria que os estados publicassem os dados ativamente em seus canais oficiais, para toda a população.

Em 23 de junho, 213 entidades de todo o país apresentaram à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) uma [denúncia](#) contra a gestão da Covid-19 nos presídios brasileiros. No texto, as signatárias apontam que os dados e informações públicas sobre o sistema prisional e as pessoas que o compõem estão sendo publicados “de modo impreciso e desatualizado”, tornando a ainda mais grave a situação “das pessoas presas, dos familiares, dos profissionais do sistema prisional e de toda a coletividade afetada pela atual pandemia”.

QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

No ITC-19, o ente pontua se disponibilizar, ao menos, a quantidade de casos confirmados entre a PPL. Nesta edição, A OKBR investigou com mais detalhes a forma de disponibilização desses dados e o resultado é que, mesmo entre aqueles que os publicam, a informação acaba sendo bastante superficial e não é suficiente para realizar estudos mais específicos para essa população.

Foram analisados os seguintes aspectos: casos confirmados; total de notificações, incluindo casos suspeitos; casos descartados; casos em acompanhamento ou isolamento; recuperados; óbitos; município onde a unidade está localizada; divulgação por unidade prisional/socioeducativa; testes aplicados; sexo; faixa etária e série histórica de casos.

Todas as características avaliadas apresentam lacunas expressivas. Por exemplo, em **79% dos estados não é possível conhecer a quantidade de testes aplicados** nas unidades prisionais, o que impede a avaliação da política de testagem adotada nesses locais.

Em apenas **um quarto dos entes é possível conhecer os dados de contágio por unidade** prisional. Outra lacuna que chama a atenção é que **apenas 4% divulgam a faixa etária e o sexo** das vítimas — quando se trata da divulgação de dados da população em geral, estes itens já são cumpridos por todos os estados e pelo governo federal. O gráfico abaixo traz o detalhamento de cada uma das categorias avaliadas nesta edição do Boletim especial sobre PPL.

COVID-19 E PPL: DETALHAMENTO DA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL

Em rosa, o gráfico abaixo mostra o percentual médio de cumprimento pelos entes (estados e governo federal) que publicam alguma informação sobre pessoas privadas de liberdade; em cinza, pelo contrário, o destaque é para o descumprimento.

Confirmados



Óbitos



Curados



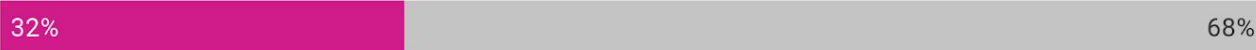
Notificados/Suspeitos/Em investigação



Acompanhamento/Isolamento



Descartados



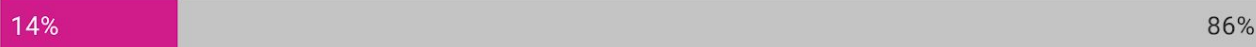
Unidade



Testes aplicados



Município



Série histórica



Faixa etária



Sexo



SITUAÇÃO GERAL DOS DADOS

Nesta sexta rodada de avaliação do Índice de Transparência da Covid-19 (2.0) nos estados e governo federal, todos os entes estão avaliados acima do nível “Bom”. Em geral, houve modesta variação — o desempenho médio dos estados passou de 80% para 85%.

A **quantidade de microdados publicados sofreu queda de 4%** e seu percentual de cumprimento segue insuficiente (48%). Já a proporção de entes que divulgam o **item Raça/Cor aumentou 9%** desde a última aplicação do ITC-19, há cerca de um mês. Agora, 89% dos entes publicam essa informação.

QUEM MELHOROU

Apesar da pouca variação no quadro geral dos estados, um ente promoveu melhorias significativas e saltou da antepenúltima para a segunda colocação: o estado de **Roraima**. Além de disponibilizar um painel de visualização bem detalhado, o ente divulgou, finalmente, sua base de microdados dos casos. Confira todas as variações positivas desta rodada e seus principais motivos.

Estado	Como estava	Como ficou	Principal motivo
Roraima	64	95	Implementou diversas melhorias no período, sobretudo em seu painel de visualização, e passou a divulgar base de microdados detalhada.
Ceará	86	99	Aprimorou o sistema de disponibilização de informações, apresentando mais dados sobre casos, demografia e infraestrutura de saúde em formato aberto.
Rio Grande do Norte	85	96	Passou a disponibilizar a metodologia de coleta dos dados.
Paraíba	53	62	Voltou a divulgar itens que havia deixado de atualizar no período da avaliação anterior.
Santa Catarina	80	85	Esclareceu informação sobre a disponibilidade de dados de leitos (clínicos

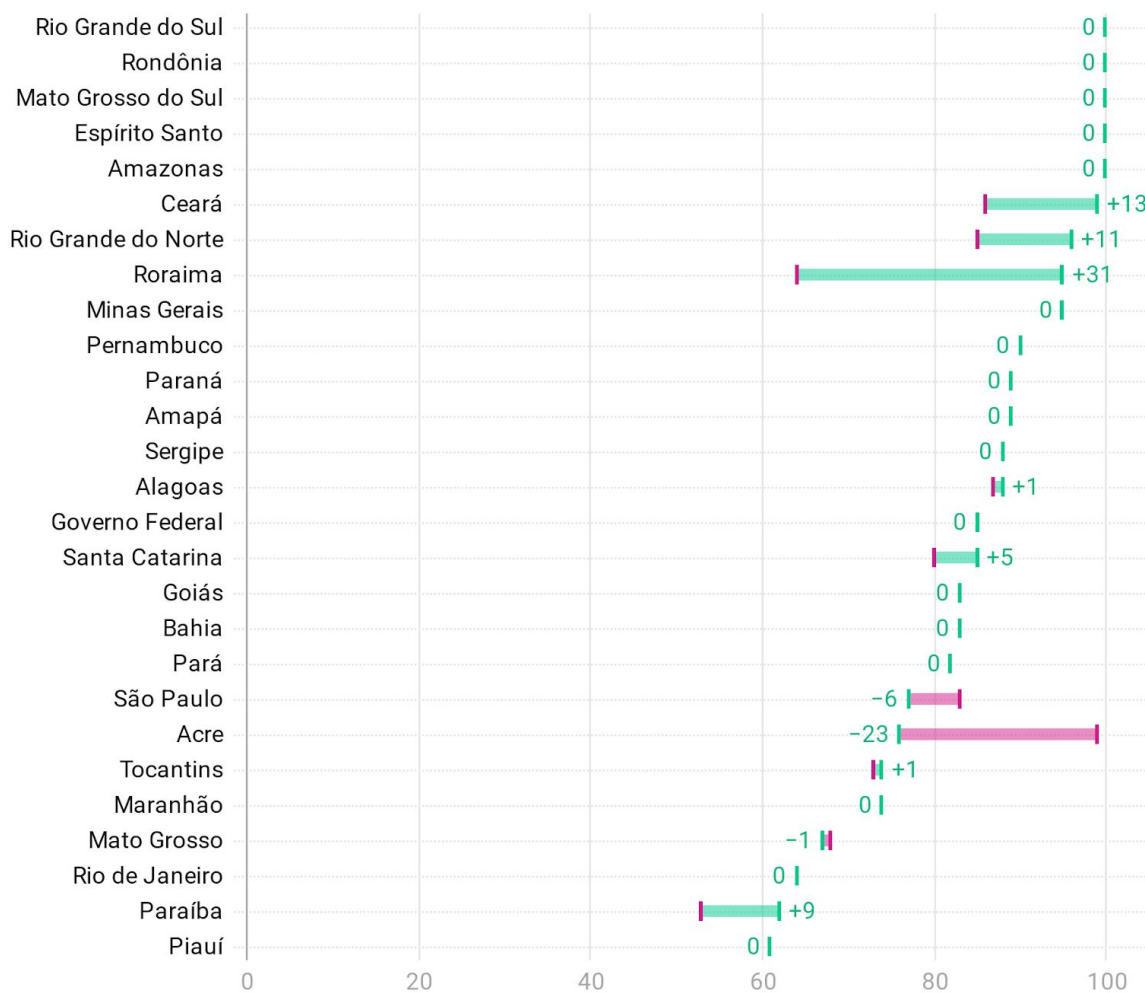
			e UTI) e passou a pontuar item de forma completa.
Tocantins	73	74	Informou quantidade total de notificações, incluindo suspeitos.
Alagoas	87	88	Informou quantidade de testes aplicados por tipo.

QUEM ‘ESCORREGOU’

Assim como em edições anteriores, os estados foram penalizados principalmente pela desatualização ou pela indisponibilidade das informações na data de checagem. É o caso de Acre, Mato Grosso e São Paulo, como mostra o detalhamento abaixo. .

Estado	Como estava	Como ficou	Principal motivo
Acre	99	76	Base de microdados para download não é atualizada com a mesma frequência que o painel. Em 30 de setembro, os últimos registros disponíveis datavam de 4 de agosto.
São Paulo	83	77	A base de microdados datada de 27 de setembro estava vazia. O erro foi indicado pela equipe da OKBR ao órgão responsável em 2 de outubro.
Mato Grosso	68	67	Os microdados, que já chegaram a ser disponibilizados anteriormente, não foram localizados. Já a quantidade de testes disponíveis foi incluída, o que causou uma queda mais suave na pontuação.

COMO OS ESTADOS EVOLUÍRAM DESDE A ÚLTIMA AVALIAÇÃO



MAPA ATUALIZADO - TRANSPARÊNCIA DA COVID-19



NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA



RANKING ATUAL

Posição	Estado	Sigla	Pontuação	Nível
1º	Amazonas	AM	100	Alto
	Espírito Santo	ES	100	
	Mato Grosso do Sul	MS	100	
	Rio Grande do Sul	RS	100	
	Rondônia	RO	100	
2º	Ceará	CE	99	
3º	Rio Grande do Norte	RN	96	
4º	Minas Gerais	MG	95	
	Roraima	RR	95	
5º	Distrito Federal	DF	90	
	Pernambuco	PE	90	
6º	Amapá	AP	89	
	Paraná	PR	89	
7º	Alagoas	AL	88	
	Sergipe	SE	88	
8º	Santa Catarina	SC	85	
	Governo Federal	BR	85	
9º	Bahia	BA	83	
	Goiás	GO	83	
10º	Pará	PA	82	
11º	São Paulo	SP	77	Bom
12º	Acre	AC	76	
13º	Maranhão	MA	74	
	Tocantins	TO	74	
14º	Mato Grosso	MT	67	
15º	Rio de Janeiro	RJ	64	
16º	Paraíba	PB	62	
17º	Piauí	PI	61	

METODOLOGIA

O **Índice da Transparência da Covid-19 nos estados e União** leva em conta três dimensões e 26 critérios:

Dimensão	Descrição
CONTEÚDO	São considerados itens como idade, sexo, raça/cor e hospitalização dos pacientes confirmados, além de dados sobre a infraestrutura de saúde, como ocupação de leitos, testes disponíveis e aplicados.
GRANULARIDADE	Avalia se os casos estão disponíveis de forma individual e anonimizada; além do grau de detalhamento sobre a localização (por município ou bairro, por exemplo).
FORMATO	Consideram-se pontos positivos a publicação de painéis analíticos, planilhas em formato editável e navegação simples.

[Base de dados completa](#) com a avaliação detalhada de cada ente.

[Nota metodológica](#) com o detalhamento dos critérios de avaliação.

[Boletins anteriores](#).

O Índice de Transparência da Covid-19 da OKBR foi lançado em 3 de abril de 2020 e, até junho, foi atualizado com periodicidade semanal. Em sua segunda fase, a partir de julho, o ITC passou a monitorar o dobro de indicadores com periodicidade quinzenal, além de incluir as capitais na avaliação. Nessa nova versão, as publicações intercalam os resultados de União e estados e os das prefeituras.

A partir do final de setembro, a avaliação passa a ser mensal. Nesta fase, com foco na qualidade dos dados, também são produzidos boletins especiais e temáticos.

No dia 21 de maio de 2020, a Transparência Internacional Brasil (TI Brasil) divulgou um ranking próprio, com atualização mensal, em que avalia a situação da divulgação de recursos públicos para enfrentamento à Covid-19. [Conheça](#).

SOBRE A OKBR

A OKBR, também conhecida como Rede pelo Conhecimento Livre, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e apartidária que atua no país desde 2013. Desenvolvemos e incentivamos o uso de tecnologias cívicas e de dados abertos, realizamos análises de políticas públicas e promovemos o conhecimento livre para tornar a relação entre governo e sociedade mais transparente e participativa.

Saiba mais no site: <http://br.okfn.org>

Equipe responsável:

COORDENAÇÃO GERAL

Fernanda Campagnucci

ANÁLISE E VISUALIZAÇÃO DE DADOS

Camille Moura, Fernanda Campagnucci e Thiago Teixeira

REVISÃO TEXTUAL

Murilo Machado

DESIGN

Isis Reis

APOIO NA COLETA DE DADOS

Fernanda Távora, Rosângela Lotfi, Taís Seibt e Thays Lavor

CONTATO PARA IMPRENSA

imprensa@ok.org.br